

Reassentados e programas para a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais

*Resettled families, and programs for family
farming in the jequitinhonha valley - Minas Gerais*

*Reasentados y programas para la agricultura
familiar en el valle del Jequitinhonha - Minas
Gerais*

Danny Alisson Oliveira Veloso

Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais - Brasil

dannyalysson@yahoo.com.br

Ana Ivania Alves Fonseca

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

ana.fonseca@unimontes.br

Resumo: Este Artigo tem como objetivo analisar a trajetória de vida socioeconômica das famílias de reassentadas da Usina Hidrelétrica de Irapé no Vale do Jequitinhonha, construída nos municípios de Grão Mogol e Berilo, região nordeste do estado de Minas Gerais. A agricultura familiar e a produção agrícola realizada por famílias em pequenas propriedades, que utilizam, em grande parte, a mão de obra familiar e a renda para sustentar a família. A agricultura familiar nas últimas décadas apoiada ,vem se apresentando como um grupo social que revela grandes expectativas em relação à sustentabilidade ecológica, social e econômica, também na produção de alimentos em maior quantidade e qualidade. É um modelo de produção que inclui desde o plantio e criação de animais até a transformação e comercialização dos produtos, com foco na subsistência e na geração de renda. Haja vista que, o meio ambiente

nos últimos anos vem sofrendo significativas transformações devido aos impactos causados em decorrência das construções de usinas hidrelétricas. Para a realização desta pesquisa, inicialmente foram realizadas revisões de literatura com o objetivo de estabelecer um embasamento teórico sólido acerca da temática em estudo. Diante desta perspectiva, este artigo abre possibilidades para avançar nos estudos e aprofundar na investigação do espaço natural, seus agentes ambientais e na vida econômica dos reassentados.

Palavras-chave: Socioeconômico. Jequitinhonha. Pronaf. Programas Sociais. Famílias reassentadas.

Abstract: This article aims to analyze the socioeconomic life trajectory of families resettled by the Irapé Hydroelectric Power Plant in the Jequitinhonha Valley, built in the municipalities of Grão Mogol and Berilo, in the northeastern region of the state of Minas Gerais. Family farming and agricultural production carried out by families on smallholdings, largely using family labor and income to support the family, have emerged in recent decades as a social group with high expectations regarding ecological, social, and economic sustainability, as well as the production of food in greater quantity and quality. It is a production model that includes everything from planting and raising animals to the processing and marketing of products, focusing on subsistence and income generation. Given that the environment has undergone significant transformations in recent years due to the impacts caused by the construction of hydroelectric power plants, this research initially involved literature reviews to establish a solid theoretical foundation on the subject. Given this perspective, this article opens up possibilities for advancing studies and deepening the investigation of natural space, its environmental agents, and the economic life of resettled people.

Keywords: Socioeconomic. Jequitinhonha. Pronaf. Social Programs. Resettled families.

Resumén: Este artículo tiene como objetivo analizar la trayectoria socioeconómica de las familias reasentadas por la Central

Hidroelétrica de Irapé en el Valle de Jequitinhonha, construida en los municipios de Grão Mogol y Berilo, en la región noreste del estado de Minas Gerais. La agricultura familiar y la producción agrícola, llevada a cabo por familias en minifundios, que utilizan principalmente la mano de obra y los ingresos familiares para el sustento familiar, han surgido en las últimas décadas como un grupo social con altas expectativas de sostenibilidad ecológica, social y económica, así como de producción de alimentos en mayor cantidad y calidad. Se trata de un modelo de producción que abarca desde la siembra y la cría de animales hasta el procesamiento y la comercialización de productos, con un enfoque en la subsistencia y la generación de ingresos. Dado que el medio ambiente ha sufrido transformaciones significativas en los últimos años debido a los impactos causados por la construcción de centrales hidroeléctricas, esta investigación inicialmente implicó revisiones bibliográficas para establecer una sólida base teórica sobre el tema. Desde esta perspectiva, este artículo abre posibilidades para avanzar en los estudios y profundizar en la investigación del espacio natural, sus agentes ambientales y la vida económica de las personas reasentadas.

Palabras clave: Socioeconómico. Jequitinhonha. Pronaf. Programas Sociales. Familias reasentadas.

Introdução

A Usina Hidrelétrica de Irapé, ou Usina Presidente Juscelino Kubitschek fica localizada no rio Jequitinhonha, região nordeste do estado de Minas Gerais. Com uma potência instalada de 399 MW, distribuída em 03 unidades geradoras (Cemig, 2019). Conforme dados da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), o empreendimento está localizado entre os municípios de Berilo, margem direita, e Grão Mogol, margem esquerda, a aproximadamente 540 km² de Belo Horizonte. O local do barramento está situado a 566,9 km da foz do Rio Jequitinhonha, que desemboca no Oceano Atlântico. A área inundada é de 137,16 km² (Cemig, 2019).

Essa hidrelétrica, a exemplo de outras, provocou alterações nas áreas afetadas, modificando desde a geografia, com o alagamento de áreas, transformações na fauna, flora, impactando, inclusive, o modo de vida das pessoas das regiões envolvidas (Zucarelli, 2004). A implantação de hidrelétricas requer a ocupação de “espaços ambientais” que não são vazios. Estes “espaços ambientais” correspondem a um determinado espaço geográfico efetivamente utilizado por um grupo social, seja na obtenção dos recursos naturais, ou na destinação dos efluentes (Martínez-Alier, 2002)

De acordo com a Resolução CONAMA n.º 001/86, de 23/01/1986, as atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição dependerão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para seu licenciamento ambiental.

Em 1988, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), empresa concessionária do empreendimento, iniciou suas análises e diagnósticos necessários à elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) (Zucarelli, 2004).

O barramento do rio Jequitinhonha, proposto à construção da barragem de Irapé, era um paredão de 208 metros de altura, o mais elevado do país, localizado entre os municípios de Berilo e Grão Mogol, a 2 km a jusante da confluência com o rio Itacambirucu. Foram três turbinas com

capacidade de geração de energia elétrica de 120 MW cada, perfazendo a potência instalada máxima de 360 MW (Zucarelli, 2004).

Foram inundados 137,16 km² e removidos 90 Km² de vegetação nativa (espécies do cerrado e caatinga). O remanso do reservatório atingiu um trecho de 101 km do rio Jequitinhonha e 47 km do rio Itacambiruçu. Ao todo, 47 comunidades distribuídas às margens desses rios e seus afluentes, dentre sete municípios, teve suas terras inundadas (Cemig, 2019).

Além de Berilo e Grão Mongol, os demais municípios que tiveram parte de seus territórios cobertos pela água do reservatório, foram: Turmalina, Botumirim, Cristália, José Gonçalves de Minas e Leme do Prado, todos no vale do Jequitinhonha, estado de Minas Gerais (FEAM, 1997, 2003).

Conforme dados coletados pela Cemig, com a construção da Usina de Irapé, cerca de 1.200 famílias foram retiradas de suas terras e desse total, 632 optaram pelos reassentamentos nos municípios do norte de Minas. Já o modelo de compensação estabelecido entre eles foram a troca de “terra por terra”, “casa por casa”, além da indenização pelas benfeitorias existentes no terreno (Informativo Cemig, 2005). A seguir as figuras 1, 2 e 3 apresentam a localização da Usina de Irapé assim como a sua fisionomia.

O modelo de desapropriação, que não raramente entrava em confronto com os aspectos socioeconômicos e culturais da população local, e posterior esvaziamento de povoados e comunidades, trouxe também a desarticulação de estruturas que compõe a sociedade camponesa: terra, família e trabalho, bem como o enfraquecimento da gestão comunitária (Costa & Galizoni, 2020, p.58). O deslocamento dos povos das áreas a serem alagadas acarreta a desestruturação de laços de parentesco e vizinhança, alteração no modo de reprodução social, perda de identidade e valores simbólicos, dificuldades que impossibilitam a reterritorialização nos reassentamentos e em outros destinos da população atingida (Azevedo, 2019, p.41).

As razões pela escolha dessa temática se justificam pela busca em compreender a implementação de empreendimentos de grande porte, nesse caso a construção de usinas hidrelétricas, que transformam completamente a paisagem natural e impactam a vida das populações ribeirinhas. A partir da presente temática, surgiram algumas indagações, tais como: quais foram

os impactos socioeconômicos e culturais causados na vida das famílias reassentadas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Irapé? Quais medidas foram adotadas para mitigar esses impactos? Quais os programas sociais as famílias reassentadas tiveram ou que ainda têm acesso? Mediante a isso, o presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de vida socioeconômica das famílias de reassentados da Usina Hidrelétrica de Irapé, construída nos municípios de Grão Mogol e Berilo, no Vale do Jequitinhonha, localizado na região nordeste do estado de Minas Gerais. Contudo, a relevância desta pesquisa reside na busca por uma melhor compreensão sobre os efeitos da construção de usinas hidrelétricas no meio ambiente e, principalmente, na vida das populações atingidas.

Segundo Acselrad (2004, p. 19), a redistribuição do poder sobre os recursos territorializados, quando ocorre por meio da legitimação ou deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas localizações. Dessa forma, as lutas pelos recursos ambientais são também lutas por sentidos culturais.

Por isso quaisquer alterações que fizermos no meio ambiente estão causando grandes impactos ambientais. Sobre o impacto ambiental, a resolução nº 001/1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), define:

Art. 1º [...] considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos naturais (Brasil, 1986).

Os impactos ambientais considerados positivos são aqueles que favorecem o meio ambiente, bem como reflorestamento, a limpeza dos rios, o plantio de árvores nos centros urbanos, entre outros. Esses impactos

positivos são fundamentais para a boa qualidade de vida de todos os envolvidos no meio ambiente.

Analizando o empreendimento podemos observar que os impactos positivos foram a regularização do rio Jequitinhonha com garantia de abastecimento de água à população, geração de empregos diretos e indiretos e preservação permanente de uma estação de piscicultura. Por outro lado, os impactos negativos, considerados aqueles que causam danos ao meio ambiente, incluem a retirada das plantas e espécies nativas da fauna e flora, impactando, inclusive, o modo de vida das pessoas das regiões envolvidas, que tiveram que deixar suas casas e se reorganizar em novos territórios.

Materiais e métodos

Para a realização desta pesquisa, inicialmente foram realizadas revisões de literatura com o objetivo de estabelecer um embasamento teórico sólido acerca da temática em estudo. Em seguida, procedeu-se à análise das informações obtidas por meio de diálogos com as famílias reassentadas, coletadas durante uma visita técnica aos municípios de Cristália e Botumirim, realizada em 2024, já em 2025 foram realizadas visitas e a aplicação de um questionário estruturado, onde foram entrevistadas 5 famílias em reassentamentos de cada município, a escolha de cada família foi feita por indicação do sindicato de produtores de cada município, seguindo o critério econômico de cada família, já que foram entrevistadas famílias com renda mais baixa, antes da construção da UH, assim foi possível evidenciar de maneira mais clara trajetória de vida daqueles produtores. O que contribuiu bastante no desenvolvimento final desse artigo, já que o entrevistador pôde conhecer o passado e o presente de cada produtor.

Marco temporal

O marco temporal da pesquisa compreende o período que vai de 2002 a 2025, considerando tanto os eventos antecedentes à construção da Usina Hidrelétrica de Irapé quanto os desdobramentos posteriores ao seu

funcionamento. Esse recorte temporal se justifica pela necessidade de analisar as transformações territoriais e sociais em uma perspectiva histórica, abrangendo desde a concessão da licença de instalação até os efeitos de longo prazo do reassentamento.

O ano de 2002 marca a concessão da Licença de Instalação (LI) da usina, sendo o ponto de partida para o início das obras e dos processos de deslocamento das comunidades. A partir daí, diversas ações foram realizadas no âmbito do licenciamento ambiental, dos estudos de impacto e da implementação dos programas de reassentamento.

A licença de operação foi concedida em 2005, consolidando o início do funcionamento da hidrelétrica e, conseqüentemente, a reconfiguração territorial dos municípios atingidos. Esse momento representou o ápice da remoção compulsória das famílias e da implementação das medidas compensatórias.

Entre 2005 e 2024, observaram-se os efeitos concretos do reassentamento: mudanças nos modos de vida, dificuldades na produção agrícola, ausência de políticas públicas continuadas e a crescente insatisfação dos reassentados.

As pesquisas de campo foram realizadas entre 2024 e 2025, período em que foram feitas vistas, aplicadas entrevistas, fazendo assim observações e análises atualizadas sobre a realidade vivenciada pelas famílias reassentadas. O marco de 2025 representa, portanto, um momento privilegiado de avaliação crítica dos programas implantados, considerando o tempo decorrido desde a operação da usina.

Esse marco temporal estendido permite à pesquisa identificar continuidades, rupturas e contradições ao longo do processo, oferecendo uma visão ampla e contextualizada dos impactos gerados pela UHE Irapé no Vale do Jequitinhonha.

Etapas

O estudo combinou diferentes instrumentos metodológicos, estruturando um "mapa metodológico" que articula as seguintes etapas:

1. **Análise documental:** Levantamento e leitura crítica de documentos oficiais da CEMIG, relatórios técnicos da FEAM e de órgãos ambientais, legislações e diretrizes nacionais e internacionais sobre os direitos das populações atingidas por barragens.
2. **Revisão bibliográfica:** Estudo de autores que discutem temas como justiça ambiental, reassentamento, agricultura familiar, desenvolvimento e impactos de grandes projetos hidrelétricos (ex.: Acselrad, Porto-Gonçalves, Zhouri, Fernandes, entre outros).
3. **Trabalho de campo:** Realização de entrevistas semiestruturadas com famílias reassentadas, lideranças comunitárias e técnicos de instituições envolvidas com os programas de apoio à agricultura familiar, como por exemplo da EMATER e CEMIG. As visitas e as entrevistas buscaram compreender a percepção dos sujeitos sobre o reassentamento, os programas recebidos, e os desafios enfrentados no novo território.
4. **Observação direta e registro fotográfico:** Visitas às comunidades reassentadas permitiram a observação in loco das condições de infraestrutura, práticas agrícolas, uso da terra, relações sociais e dinâmicas territoriais. As imagens coletadas auxiliam na análise visual dos impactos.
5. **Sistema de organização e análise dos dados:** Os dados obtidos foram organizados em quadros analíticos, categorizando os principais eixos de análise (condições de moradia, produção agrícola, acesso a políticas públicas, percepção dos impactos, etc.). As falas foram analisadas à luz das referências teóricas, com ênfase em contradições e lacunas entre discurso institucional e realidade vivenciada.

Essa estrutura metodológica garante uma leitura crítica, comprometida com os direitos das populações atingidas, e permite refletir sobre os limites das políticas compensatórias implementadas, especialmente no contexto da agricultura familiar.

Resultados e discussões

A nova vida dos reassentados

Tratando-se de famílias que sempre viveram da agricultura familiar, a vida dos reassentados apresentou melhorias, pois tiveram acompanhamento de órgãos governamentais, em que muitos desses reassentados foram beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o que contribuiu significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar na região.

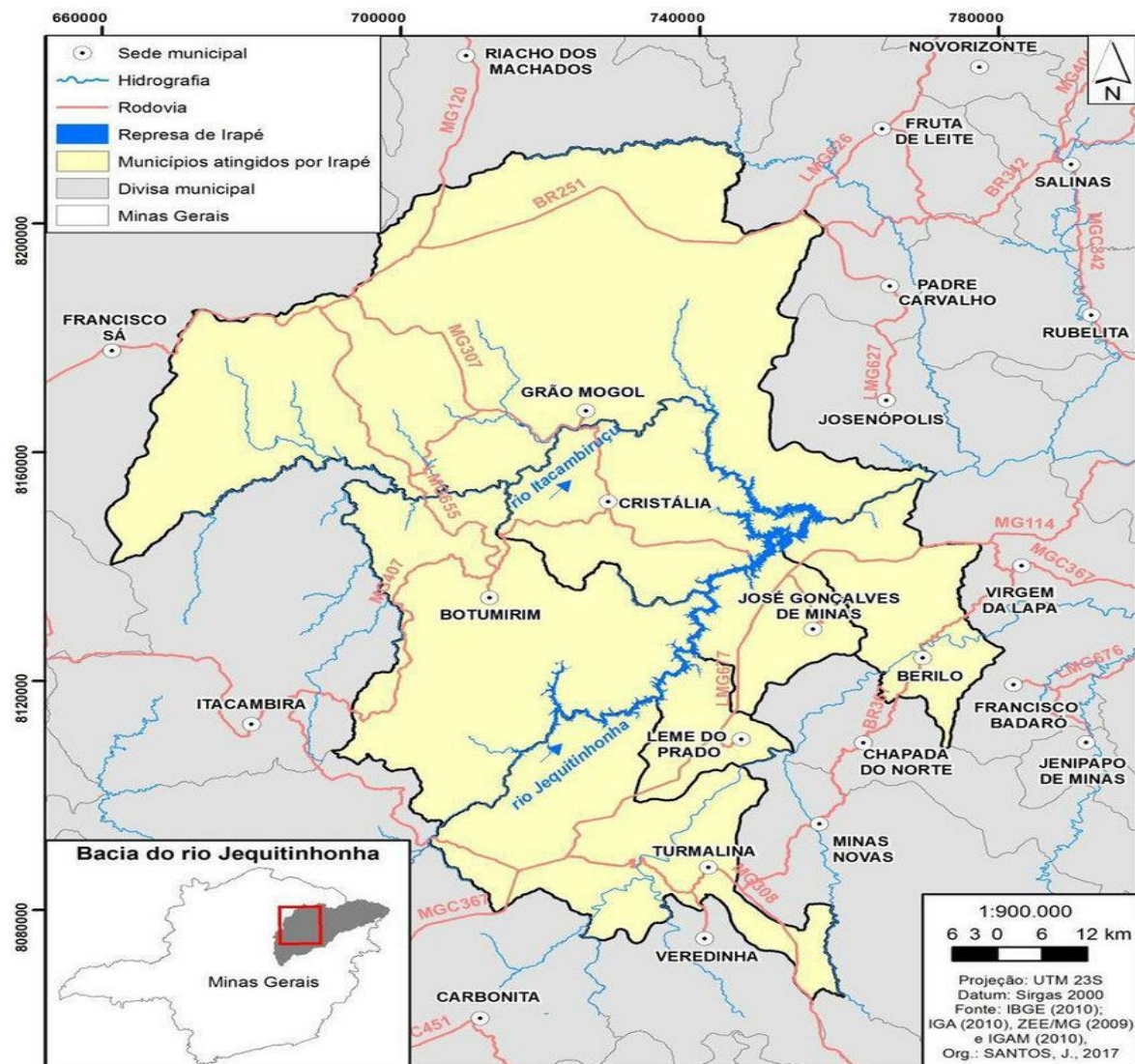




Figura 2 - Reservatório da UHE Irapé e áreas reassentadas ao fundo.

Fonte: Acervo da pesquisa (2025).

Reconhecido por suas variedades de peixes, frutos diversos, rica vegetação, terras férteis, música de renome internacional, cultura tradicional e um povo forte, criativo e trabalhador, é uma região que vem apresentando um desenvolvimento crescente.

Entre as iniciativas de apoio destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos, gerido pela Conab/Mapa, que compra de camponeses para distribuir entre organizações sociais da região, além do programa Um Milhão de Cisternas, gerido pela rede de organizações da sociedade civil Articulação do Semiárido (ASA), que descentraliza a oferta de água por meio de cisternas construídas com força de trabalho das próprias localidades.

Para ter acesso às políticas públicas de incentivo e geração de renda, a família agricultora necessita da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento que reúne os dados pessoais da família, dados da propriedade, da produção e da renda familiar. Salienta-se que para acessar linhas de crédito do Pronaf, é necessário possuir o DAP.

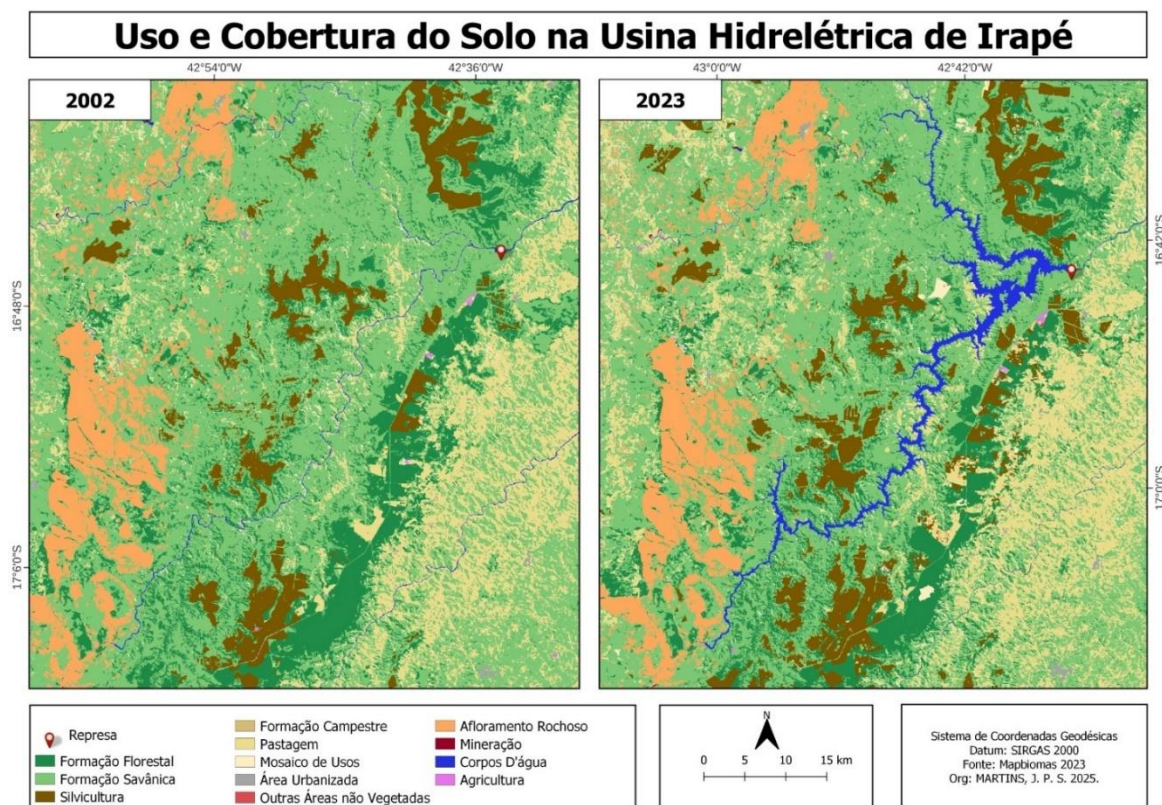


Figura 3 - Uso e cobertura do solo na área da UHE Irapé (2002 e 2023)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Planos e programas garantem segurança para a Agricultura familiar e geralmente são obtidos através da organização entre pessoas e comunidades, que formam entidades representativas do setor, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf Brasil), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Estas entidades negociam intensamente com o governo, utilizando dados reais e estimados com o objetivo de garantir recursos e instrumentos para fomentar a Agricultura Familiar.

Um dos principais entraves enfrentados pelos reassentados da UHE Irapé foi a falta de regularização fundiária nas novas áreas destinadas à agricultura. A ausência de títulos definitivos da terra impediu que muitas famílias pudessem se registrar formalmente como agricultores familiares

e, por consequência, acessar o crédito rural via PRONAF, programas de habitação rural e outras políticas de fomento.

Esse cenário contradiz a premissa básica das políticas públicas de inclusão produtiva, que supõem uma condição mínima de estabilidade jurídica sobre o território. No caso de Irapé, a terra recebida pelas famílias não lhes garantiu cidadania plena no campo, configurando o que Fernandes (2008) chama de “des-campesinização assistida”, em que os sujeitos do campo perdem autonomia, mesmo sob a aparência de apoio estatal.

Outro fator crítico foi a descoordenação entre os entes federativos municípios, Estado e União e a fragilidade dos mecanismos de governança interinstitucional nos territórios reassentados. Como aponta Leite (2015), a ausência de um plano de desenvolvimento territorial articulado, com metas de curto, médio e longo prazo, fez com que os programas fossem descontinuados, genéricos ou mal adaptados às especificidades locais.

A assistência técnica, por exemplo, foi marcada por descontinuidade e baixa efetividade. Faltaram técnicos especializados em práticas agroecológicas, conhecimento dos modos de cultivo tradicionais e acompanhamento regular da produção. Isso comprometeu não apenas a produtividade, mas também o processo de reconstrução da autoestima e da identidade camponesa dos reassentados.

Ainda que a CEMIG tenha ofertado ações pontuais como doação de sementes, kits de irrigação e cursos de capacitação, essas medidas foram implementadas de forma fragmentada, sem continuidade e sem diálogo real com a cultura agrícola local. Como enfatiza Lestingi (2014), tais ações não lograram alterar de forma estrutural as condições de vida das famílias atingidas, funcionando mais como estratégias de “responsabilidade social” do empreendimento do que como política de reparação ou promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Essa contradição evidencia a incongruência entre o discurso de desenvolvimento regional associado aos grandes projetos hidrelétricos e os resultados concretos observados nas comunidades atingidas. O uso da retórica do desenvolvimento é frequentemente mobilizado para legitimar grandes obras, mas não se materializa em investimentos estruturantes, como a criação de cooperativas, infraestrutura de comercialização,

políticas de crédito específicas ou garantias de acesso à água e insumos em longo prazo.

Como consequência, muitas famílias reassentadas foram forçadas a buscar alternativas fora da agricultura, como o trabalho informal nas cidades próximas ou o retorno precário aos antigos territórios (mesmo com as terras inundadas ou fragmentadas). Houve retração da produção agrícola, insegurança alimentar e aumento da dependência de auxílios emergenciais, o que contraria o princípio de autonomia produtiva e desenvolvimento sustentável que deveria orientar os programas de compensação.

Esse quadro é agravado pela falta de espaços participativos efetivos, como conselhos de desenvolvimento rural atuantes ou comissões de acompanhamento dos reassentamentos. As decisões seguem sendo tomadas por técnicos, gestores e empresas, sem a devida escuta das comunidades que vivenciam os impactos no cotidiano.

A análise do contexto dos reassentamentos da UHE de Irapé evidencia que as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, embora fundamentais em sua concepção, mostraram-se insuficientes e mal adaptadas frente às complexas demandas dos territórios atingidos por barragens. A ausência de regularização fundiária, a desarticulação institucional, a fragilidade da assistência técnica e a fragmentação das ações de incentivo à produção revelam um cenário de exclusão estrutural, que perpetua a vulnerabilidade das famílias reassentadas.

A superação dessas contradições exige uma abordagem integrada, territorializada e participativa, capaz de articular políticas de infraestrutura, crédito, educação do campo, assistência técnica, regularização fundiária e valorização dos saberes locais. Apenas com uma reforma profunda na forma de conceber e executar políticas para populações atingidas por barragens será possível garantir que a agricultura familiar reassentada seja, de fato, protagonista no processo de reconstrução dos modos de vida camponeses e de desenvolvimento rural com justiça social.

A apresentação cartográfica das comunidades pesquisadas tem o objetivo de situar espacialmente os territórios atingidos pela construção da

Usina Hidrelétrica de Irapé, destacando o contexto em que vivem as famílias reassentadas. Os mapas da Comunidade do Cabra, em Cristália, e do Reassentamento Fazenda Olhos D'Água, em Botumirim, permitem visualizar a inserção dessas localidades no Norte de Minas Gerais, região marcada por vulnerabilidades socioeconômicas históricas e pela forte dependência da agricultura familiar.

A espacialização contribui para compreender os desafios enfrentados pelos reassentados, uma vez que revela aspectos como o isolamento geográfico, a precariedade da infraestrutura de acesso e a relação direta com áreas de influência do reservatório da UHE Irapé. Assim, os mapas não apenas localizam os espaços da pesquisa, mas também reforçam a análise crítica sobre as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, que, embora essenciais, mostram-se insuficientes diante da complexidade dos territórios atingidos por barragens.

Contudo, os reassentados obtiveram uma melhoria de vida, já que tiveram acompanhamento técnico por parte da CEMIG, além do acesso, por exemplo, ao PRONAF, programa esse que até então era desconhecido pela maioria daquele pessoal.

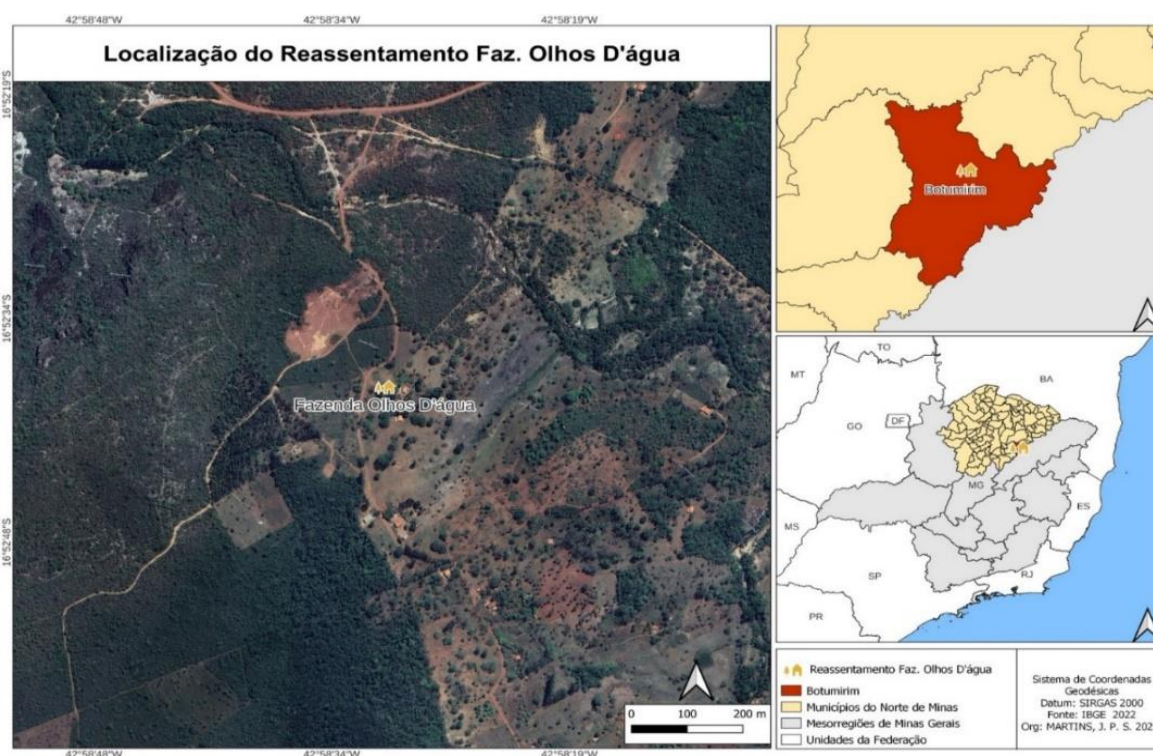


Figura 6- Reassentamento Fazenda Olhos D'Água / Botumirim-MG

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

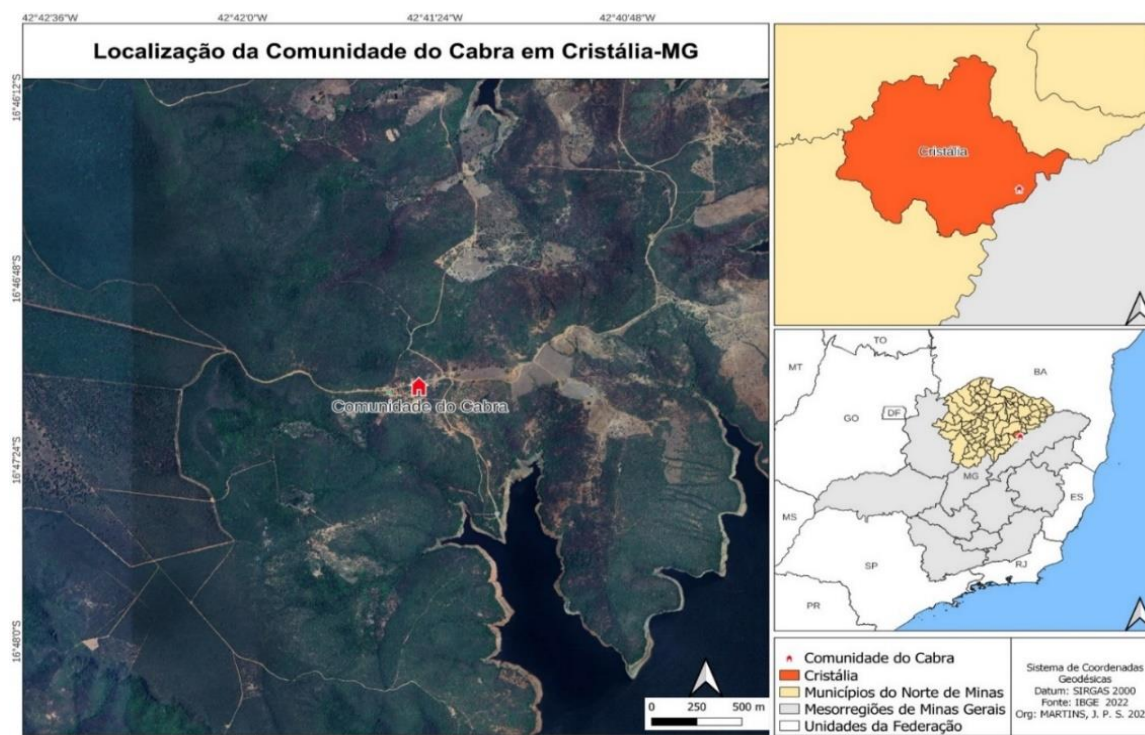


Figura 7-Comunidade do Cabra (Cristália-MG)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Considerações finais

A agricultura familiar é uma atividade chave para a reativação das economias rurais e agronegócio, gerando estabilidade, raízes sociais e novos horizontes de desenvolvimento, principalmente para a juventude. É fundamental para o desenvolvimento social entender a agricultura familiar e fomentar para ela políticas públicas específicas, inovação no extensionismo rural, formação integral dos agricultores familiares, aproveitamento de recursos naturais, gestão de riscos e acesso a mercados e cadeias de valor.

Caracterizada como uma unidade produtiva operada ou de propriedade familiar — muitas vezes passada de geração em geração — varia de pequena a média escala o nível de agricultura, e abrange uma diversidade de grupos: camponeses, indígenas, comunidades tradicionais,

ribeirinhos e pescadores, pastores de animais, extrativistas de montanhas e florestas, e muitos outros grupos de todas as regiões e biomas do mundo. Estes povos são agricultores familiares com sistemas diversificados e que preservam produtos alimentícios tradicionais, contribuindo para dietas balanceadas e protegendo a agrobiodiversidade mundial.

Mesmo com tantas dificuldades principalmente, com as condições precárias das estradas, com a falta de incentivo para escoação do que é produzido, ainda encontramos pessoas felizes e sempre dispostas a continuar com a vida no lugar onde se residem. Embora muitas dessas famílias não consigam “tirar” da terra tudo que precisam para se sustentarem, a grande maioria dizem estar felizes onde vivem e não pensam em se mudarem.

Referências

ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSERALD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

AZEVEDO, Célia Lopes. “*Mais do mesmo*”: uma análise dos efeitos da construção da UHE de Irapé para os reassentados de Araras. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019. Disponível em: https://repositorio.unimontes.br/bitstream/1/1303/1/Azevedo%20C%20C%3a9lia%20Lopes%20_Mais%20do%20mesmo%20uma_2019.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

AZEVEDO, Célia Lopes; SANTOS, R. S.; GLINFSKOI, A. P.; OLIVEIRA, R. E. Terras e tradições revolvidas: impactos da construção da UHE de Irapé, nas tradições religiosas, culturais e relações de parentesco dos povos compulsoriamente deslocados para Araras. *Revista Cerrados (Unimontes)*, Montes Claros, 2018.

CEMIG. Companhia Energética de Minas Gerais. *Usina Hidrelétrica de Irapé*. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/pt-br/a-cemig-e-o-futuro/sustentabilidade/nossos-programas/ambientais/irape/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

CEMIG. *Estudo de Viabilidade e Relatório de Impacto Ambiental Usina Hidrelétrica de Irapé (EIA/RIMA)*. Belo Horizonte: CEMIG, 1993.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br>. Acesso em: 12 dez. 2025.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resoluções*. Disponível em: <https://conama.mma.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

COSTA, Pedro de Carvalho; GALIZONI, Flávia Maria. À margem de Irapé: consequências da barragem no rio Jequitinhonha uma década após sua implantação. *Revista Espinhaço*, v. 9, n. 1, p. 52-60, 2020.

FEAM. Fundação Estadual do Meio Ambiente. *Parecer Técnico - DICAF nº 57/1997*. Belo Horizonte, 1997.

FEAM. Fundação Estadual do Meio Ambiente. *Parecer Técnico - DIENI 035/2002*. Belo Horizonte, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 215-231.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O campesinato brasileiro: uma história de resistência*. Piracicaba: Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), 2015.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. De Usina Irapé à Usina Presidente Juscelino Kubitschek: implicações da lógica desenvolvimentista nas práticas do licenciamento ambiental. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 4., 2007, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: ANPPAS, 2007. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_antiores/st1_04.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

Danny Alisson Oliveira Veloso

Mestrando em Geografia pela Universidade estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e Graduado em Geografia pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Atualmente atua com Professor de Geografia na Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais - Brasil.

E-mail: dannyalysson@yahoo.com.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7432380985538298>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4146-7278>

Ana Ivania Alves Fonseca

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

E-mail: ana.fonseca@unimontes.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4494210387984708>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7873-750X>

Recebido para publicação em setembro de 2025.

Aprovado para publicação em novembro de 2025.